



Ministério da Educação
Esplanada dos Ministérios Bloco L, Edifício Sede - 9º Andar - Bairro Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70047-900
Telefone: 2022-7828 e - <http://www.mec.gov.br>

PROJETO BÁSICO

PROCESSO Nº 23123.000384/2019-98

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. Confecção e montagem de 2(dois) fundos de palco tipo cortina para afixação na Sala de Atos e no Auditório do Edifício-sede do Ministério da Educação, em Brasília/DF.
- 1.2. São partes integrantes deste Projeto Básico:
- 1.2.1. Encarte “A” - Modelo para proposta de preços;
- 1.2.2. Encarte “B” - Modelo Termo de Recebimento Provisório;
- 1.2.3. Encarte “C” – Modelo Termo de Recebimento Definitivo.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. O Ministério da Educação, por meio das secretarias e órgãos vinculados, promove eventos dos mais variados gêneros como instrumentos de comunicação e interação com os agentes de implementação das políticas públicas educacionais. Esses eventos, no edifício-sede do Ministério, são geralmente organizados nos auditórios e na Sala de Atos.
- 2.2. Assim, esses ambientes devem estar devidamente equipados, com mobiliários adequados, para receber o público-alvo de maneira satisfatória.
- 2.3. A identificação visual do ambiente fica por conta dos “fundos de palco” dispostos de maneira a registrar a marca do governo federal, nele impressos, funcionando como um fundo de imagem – significante ferramenta de comunicação.
- 2.4. Com a alteração da marca do governo federal, conforme divulgação oficial em janeiro de 2019, faz-se necessária a confecção de nova peça, considerando que as atualmente presentes nos espaços citados estão defasadas, com logomarca antiga.
- 2.5. A impressão deve ser feita em material específico para afixação nos locais onde ocorrem frequentes eventos deste Ministério, a fim de que estejamos em conformidade com as diretrizes fornecidas pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República.
- 2.6. Tendo em vista o acima exposto, consideramos cabível, oportuna e conveniente a confecção dos 2(dois) fundos de palco tipo cortina para afixação na Sala de Atos e no Auditório do Edifício-sede do Ministério da Educação

3. DO FUNDAMENTO LEGAL DA CONTRATAÇÃO

- 3.1. O objeto deste Projeto Básico tem amparo legal no inciso II, do Art. 24, da Lei nº 8.666/93.

4. CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 4.1. Será selecionada empresa pelo critério de menor preço global, na forma prevista no art. 45, § 1º, da Lei nº 8.666/1993.
- 4.2. O preço deverá considerar todos os custos diretos e indiretos, (taxas, impostos, fretes, etc.), bem como, a confecção e montagem dos fundos de palco.

5. FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 5.1. As empresas deverão apresentar Planilha Descritiva dos Materiais e Formação de preços, devidamente preenchida, conforme modelo Encarte “A”.
- 5.2. A apresentação da proposta implicará plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste Projeto Básico.
- 5.3. Possíveis indefinições, omissões, falhas ou incorreções das especificações contidas na Planilha de Custos e Formação de Preços não poderão, em nenhuma hipótese, constituir pretexto para o CONTRATADO cobrar extras e/ou alterar a composição de seus preços unitários.

6. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

Nº do Item	Quantidade	Objeto	Descrição
01	01	Fundo de palco, tipo cortina	Lona fosca, impressão em policromia, acabamento lateral medido 4,00m de largura x 2,70m de altura. A lona deverá ser instalada na Sala de Atos, 9º andar do Edifício-sede do Ministério da Educação. A montagem deve ser feita na estrutura tubular de alumínio com acionamento eletrônico por meio de um sistema motorizado fixado dentro do tubo enrolador com funcionamento através de interruptor manual com paradas pré-programadas que existe no espaço.
02	01	Fundo de palco, tipo cortina	Lona fosca, impressão em policromia, acabamento lateral medido 4,90m de largura x 2,90m de altura. A lona deverá ser instalada no Auditório do Edifício-sede do Ministério da Educação. A montagem deve ser feita na estrutura tubular de alumínio com acionamento eletrônico por meio de um sistema motorizado fixado dentro do tubo enrolador com funcionamento através de interruptor manual com paradas pré-programadas que existe no espaço.

7. DO LOCAL DA ENTREGA

- 7.1. As peças solicitadas deverão ser entregues no Ministério da Educação, em Brasília, no endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco “L”, Anexo I, Subsolo, Almoxarifado Central do MEC.
- 7.2. Sua montagem deve ser feita nos locais e conforme orientação constante o item 6 deste Projeto Básico.

8. DAS CONDIÇÕES E RECEBIMENTO E DOS PRAZOS DE ENTREGA

- 8.1. O prazo para a entrega das peças devidamente montadas é de, no máximo 15 dias corridos contados da entrega da nota de empenho, na forma e nas quantidades acordadas.
- 8.2. O recebimento do objeto deste Projeto Básico se dará conforme o disposto no artigo 73, inciso II e seus parágrafos, da Lei nº. 8.666/93, compreendendo duas etapas distintas a seguir discriminadas:

- 8.3. **Provisoriamente**, no prazo de 5 (cinco) dias corridos, após a entrega do objeto, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização dos itens, mediante termo circunstanciado, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação prevista neste Projeto;
- 8.4. **Definitivamente**, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos a partir do recebimento provisório, mediante atesto de nota fiscal, após a verificação da qualidade e quantidade dos itens e consequente aceitação, observados os artigos 69, 73 e 76 da Lei nº. 8.666/1993.
- 8.5. Em caso de não conformidade, lavrar-se-á um Termo de Recusa e Devolução, no qual se consignarão as desconformidades com as especificações. Nesta hipótese, o item, objeto deste Projeto Básico, será rejeitado, devendo ser substituído no prazo máximo de 05 (cinco) dias, quando se realizarão novamente as verificações em conformidade com o subitem 7.1.
- 8.6. Caso a substituição não ocorra em até 05 (cinco) dias, ou caso o novo item também seja rejeitado, estará à empresa incorrendo em atraso na entrega, sujeita à aplicação das sanções previstas em Lei.
- 8.7. À Contratada caberá sanar as irregularidades apontadas no recebimento definitivo, submetendo à etapa impugnada a nova verificação, ficando sobrestado o pagamento até a execução do saneamento necessário, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis. Sendo que os custos da substituição do bem rejeitado correrão exclusivamente a expensas da Contratada.
- 8.8. O recebimento não exclui a responsabilidade da Contratada pelo perfeito desempenho do produto fornecido, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos.
9. **DA GARANTIA DOS SERVIÇOS**
- 9.1. A garantia dos serviços consiste na prestação, pela empresa contratada, de todas as obrigações previstas na Lei nº 8.078, de 11/09/1990 – Código de Defesa do Consumidor e alterações subsequentes.
- 9.2. A contratada deverá dar garantia do fabricante/importador de, no mínimo, 1 (um) ano a contar da data do Termo de Aceitação Definitiva – TAD.
- 9.3. A intervenção técnica resultante da garantia consiste na reparação de eventuais falhas das peças bem como nos materiais utilizados para sua montagem, mediante a substituição de peças e componentes que se apresentem defeituosos, de acordo com específicas para o equipamento.
10. **DA FISCALIZAÇÃO**
- 10.1. A entrega dos materiais será acompanhada e fiscalizada por servidor lotado na Coordenação de Suporte Administrativo – CSA do Ministério da Educação, designado para esse fim.
- 10.2. Caberá ao representante designado:
- 10.2.1. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do fornecimento do objeto, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;
- 10.2.2. Atestar a Nota Fiscal/Fatura, desde que tenha sido executado após a conformidade do material fornecido
11. **ESTIMATIVA DE PREÇO**
- 11.1. Os custos estimados deverão ser obtidos por meio de Pesquisa de Preços a ser realizada pela Coordenação-Geral de Licitações e Contratos desse Ministério.
12. **DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**
- 12.1. Os recursos para cobertura das despesas, decorrentes da execução dos serviços contratados, correrão à conta do Programa de Trabalho consignado no Orçamento do MEC, Elemento de Despesa 33.90.39 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica, Subitem 63 que serão empenhadas, nos termos da lei, de acordo com o Orçamento Geral da União para 2019.
13. **DA FORMA DE DE EXECUÇÃO/ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS**
- 13.1. Confecção e montagem de 2(dois) fundos de palco tipo cortina para afixação na Sala de Atos e no Auditório do Edifício-sede do Ministério da Educação, nas seguintes medidas:
- 13.1.1. 4,00m de largura x 2,70m de altura – para fixação na Sala de Atos, 9º andar do Edifício-sede do Ministério da Educação;
- 13.1.2. 4,90m de largura x 2,90m de altura – para fixação no Auditório do Edifício-sede do Ministério da Educação.
- 13.2. A montagem deve ser feita em estrutura tubular de alumínio com acionamento eletrônico por meio de um sistema motorizado fixado dentro do tubo enrolador com funcionamento através de interruptor manual com paradas pré-programadas.
14. **DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE**
- 14.1. Fornecer, por meio do Setor de Publicidade da Assessoria de Comunicação Social do Gabinete do Ministro da Educação, a arte a ser impressa em CDROM ou em outro tipo de arquivo de modo que a Contratada possa realizar a impressão das peças mantendo a total qualidade e equivalência de cor e nitidez.
- 14.2. Permitir acesso dos empregados da empresa contratada às suas dependências para entrega dos produtos;
- 14.3. Receber e atestar os documentos das despesas, quando comprovado o fornecimento de forma correta, conforme consta deste Projeto Básico;
- 14.4. Acompanhar a entrega do material, por meio do Almoxarifado Central do MEC, a quem caberá, também, todos os contatos junto à Contratada;
- 14.5. Acompanhar a montagem do material nas instalações do Ministério da Educação.
- 14.6. Promover o pagamento do material na forma convencionada;
- 14.7. Comunicar à Contratada quaisquer irregularidades no fornecimento do material, para adoção das providências cabíveis.
15. **DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**
- 15.1. Caberá à empresa, além do cumprimento às disposições contidas neste Projeto Básico, e demais disposições regulamentares pertinentes ao objeto:
- 15.2. Prestar todos os esclarecimentos solicitados pela Contratante.
- 15.3. Entregar as peças devidamente montadas no prazo e condições constantes nesse projeto básico.
- 15.4. Sanar eventuais danos decorrentes do transporte, bem como providenciar sua substituição no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados da data de notificação, se for o caso.
- 15.5. Substituir ou recuperar o equipamento que, após a entrega e aceite, dentro do prazo de garantia, apresente defeitos de fabricação, no prazo máximo de até 10 (dez) dias a partir da ciência da rejeição.
- 15.6. Na substituição de equipamento/material defeituoso, a reposição será por outro com características técnicas iguais ou superiores, sem custo adicional para o contratante.

- 15.7. Trocar definitivamente o equipamento quando não houver conserto em até 30 (trinta) dias.
- 15.8. Cumprir criteriosamente as especificações deste Termo quanto à confecção das peças e em caso de dúvida recorrer ao Contratante para saná-las.
- 15.9. Entregar o material no Almoxarifado Central do MEC, nas quantidades acordadas, na Esplanada dos Ministérios, Bloco “L”, Anexo I, Subsolo, em horário normal de expediente, sendo que seu recebimento definitivo só será feito após o aprovo e atesto do mesmo.
- 15.10. Responder por todos os ônus referentes ao fornecimento, desde o transporte, embalagens, como também pelos encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais e salários dos seus empregados.

16. **DA CONTRATAÇÃO**

- 16.1. O Termo de Contrato de execução dos serviços será substituído pela Nota de Empenho na forma do §4º do artigo 62 da Lei nº 8.666/1993.

17. **DO PAGAMENTO**

- 17.1. Os pagamentos serão efetuados em moeda nacional corrente, por meio de emissão de Ordem Bancária, para crédito em conta corrente da Contratada, até o 5º (quinto) dia útil, após o recebimento dos bens, mediante apresentação da Nota Fiscal/ fatura, devidamente atestada pelo Fiscal designado pelo Contratante.
- 17.2. Nos casos em que obrigatórias, as Notas Fiscais deverão ser eletrônicas (Nfe) conforme disposições contidas no inciso I, Cláusula Segunda do Protocolo de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS de 03/07/2009.
- 17.3. Deverão também conter nas Notas Fiscais Eletrônicas, se for o caso, os dados bancários do credor para emissão da (s) ordem (s) bancária (s) e as devidas retenções tributárias a serem feitas pela instituição conforme o artigo 64 Lei 9.430 de 27/12/1996.
- 17.4. Caso a empresa seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES NACIONAL OU SUPER SIMPLES deverá apresentar a nota fiscal eletrônica, acompanhada do Anexo IV da IN/RFB nº 1234, de 11/01/2012, alterada pela Instrução Normativa RFB nº 1.244, de 30/01/2012, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições.
- 17.5. Havendo erro na nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, ela será devolvida à empresa, pelo representante do Contratante, e o pagamento ficará pendente até que sejam providenciadas as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus para o Contratante.
- 17.6. No caso de eventual atraso de pagamento, provocados pela Administração, o valor devido será acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, mediante aplicação da seguinte fórmula:
- 17.7. $I = (TX/100)/365$ -
- 17.8. $EM = I \times N \times VP$
- 17.9. I = Índice de Atualização Financeira;
- 17.10. TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;
- 17.11. EM = Encargos Moratórios;
- 17.12. N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.
- 17.13. VP = Valor da parcela em atraso.
- 17.14. Em cumprimento ao disposto no Art. 64, da Lei nº 9.430, de 27/12/1996, Lei nº 9.718, de 27/11/1998 e IN/RFB nº 1234, de 11/01/2012, alterada pela IN/RFB nº 1.244, de 30/01/2012, a Divisão de Execução Orçamentária e Financeira reterá na fonte o Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ, bem como a contribuição sobre o lucro líquido, a Contribuição para a Seguridade Social - COFINS e a contribuição para o PIS/PASEP sobre os pagamentos que efetuar a CONTRATADA se esta não apresentar cópia do Termo de Opção ou Certificado de Isenção do IRPJ, nos termos da legislação vigente.
- 17.15. No ato do pagamento será comprovada a manutenção das condições iniciais de habilitação quanto à situação de regularidade da empresa (artigo 27, § 2º, do Decreto nº 5.540/2005).

18. **DAS SANÇÕES**

- 18.1. Com fundamento na Portaria nº 120/2016, do Ministério da Educação, ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada no SICAF e no cadastro de fornecedores do MEC, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das multas previstas neste Termo e demais cominações legais a licitante vencedora que:
- 18.1.1. apresentar documentação falsa;
- 18.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 18.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 18.1.4. deixar de entregar a documentação exigida no edital;
- 18.1.5. não mantiver a proposta e não assinar o contrato;
- 18.1.6. comportar-se de modo inidôneo;
- 18.1.7. fizer declaração falsa;
- 18.1.8. cometer fraude fiscal;
- 18.1.9. ou incorrer em qualquer prática vedada pela Portaria MEC nº 120/2016.
- 18.2. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e no caso de suspensão de licitar a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Projeto Básico, no Contrato e das demais cominações legais.
- 18.3. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93 poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II do mesmo artigo, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar a partir da notificação da empresa.
- 18.4. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado à licitante vencedora o contraditório e a ampla defesa.
- 18.5. Sem prejuízo das sanções previstas no item anterior, com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, a licitante vencedora ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:
- 18.6. multa de:
- 18.6.1. 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9%, que corresponde até trinta dias de atraso;

- 18.6.2. 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar trinta dias;
- 18.6.3. 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo de demais sanções;
- 18.6.4. 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente e/ou entrega da garantia contratual, dentro do prazo estabelecido pela administração, recusa na conclusão do serviço, ou rescisão do contrato/nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente; e
- 18.6.5. 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, pela inexecução total do contrato.
- 18.6.6. suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com o MEC, pelo prazo de até 2 (dois) anos.
- 18.6.7. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a licitante vencedora ressarcir o MEC pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada.
- 18.7. No caso de ocorrência concomitante das multas previstas nas alíneas “a” e “b” com as da alínea “c”, o percentual aplicado não poderá ultrapassar a 7% (sete por cento).
- 18.8. As sanções de advertência, suspensão temporária do direito de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à licitante vencedora juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 18.9. No caso de multa, cuja apuração ainda esteja em processamento, ou seja, na fase da defesa prévia, o MEC poderá fazer a retenção do valor correspondente à multa, até a decisão final da defesa prévia. Caso a defesa prévia seja aceita, ou aceita parcialmente, pelo MEC, o valor retido correspondente será depositado em favor da licitante vencedora, em até 5 (cinco) dias úteis a contar da data da decisão final da defesa apresentada.
- 18.10. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

19. **DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

19.1. Para a execução dos serviços, objeto deste Projeto Básico, a Contratada deverá obedecer, no que couber, aos critérios de sustentabilidade ambiental, contidos na Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão – SLTI/MP, especialmente aqueles descritos nos incisos VIII e IX do Artigo 4º e no Decreto nº 7.746, de 05/06/2012, da Casa Civil, da Presidência da República.

20. **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

20.1. Consultas a respeito deste Projeto Básico poderão ser formuladas pelo correio eletrônico institucional: dicorp@mec.gov.br, subsidiadas pela área técnica.

REGIANE MESSIAS AMARAL
Chefe de Cerimonial e Agenda do Gabinete do Ministro

ENCARTE “A”

PLANILHA DESCRITIVA DOS MATERIAIS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Nome da empresa:_____

CNPJ:_____

Responsável pela empresa:_____

E-mail:_____

Telefone comercial:_____

Celular:_____

Endereço da empresa:_____

OBJETO: Contratação de empresa para a prestação de serviço de confecção de 2 (dois) fundos de palco para a Sala de Atos e Auditório-sede do Ministério da Educação, conforme especificações e quantidades constantes dos Encartes “A” e “B” deste Projeto Básico.

Nº do Item	Quantidade	Objeto	Descrição
01	01	Fundo de palco, tipo cortina	Lona fosca, impressão em policromia, acabamento lateral medido 4,00m de largura x 2,70m de altura. A lona deverá ser instalada na Sala de Atos, 9º andar do Edifício-sede do Ministério da Educação. A montagem deve ser feita na estrutura tubular de alumínio com acionamento eletrônico por meio de um sistema motorizado fixado dentro do tubo enrolador com funcionamento através de interruptor manual com paradas pré-programadas que existe no espaço.
02	01	Fundo de palco, tipo cortina	Lona fosca, impressão em policromia, acabamento lateral medido 4,90m de largura x 2,90m de altura. A lona deverá ser instalada no Auditório do Edifício-sede do Ministério da Educação. A montagem deve ser feita na estrutura tubular de alumínio com acionamento eletrônico por meio de um sistema motorizado fixado dentro do tubo enrolador com funcionamento através de interruptor manual com paradas pré-programadas que existe no espaço.

Obs.:

- Nos valores acima estão compreendidos além do lucro, encargos sociais, taxas e seguros, fretes quaisquer despesas de responsabilidade do proponente, que direta ou indiretamente, decorram da execução do objeto licitado, na forma e condições previstas no edital e seus anexos.
- Declaramos estar de acordo com todas as condições estipuladas no edital e seus anexos.
- Conforme súmula TCU 254/2010 o IRPJ – Imposto de Renda Pessoa Jurídica e a CSLL – Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido, não devem constar da composição de preços.

Local: _____, _____ de _____ de 2019.

Validade da proposta: ____/____/____ Data da Proposta: ____/____/____

Assinatura do responsável legal pela empresa
Carimbo (ou dados de identificação)

ENCARTE "B"

TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO

OBJETO: Contratação de empresa para a prestação de serviço de confecção de 2 (dois) fundos de palco para a Sala de Atos e Auditório-sede do Ministério da Educação, conforme especificações e quantidades constantes dos Encartes "A" deste Projeto Básico.

Nos termos da Dispensa nº ____/2019, Processo n.º 23123.000384/2019-98, Nota de Empenho n.º _____, Ordem de Fornecimento nº _____ e da Portaria de Fiscalização nº ____/2019, emitimos o presente Termo de Recebimento Provisório dos bens discriminados na supracitada nota de empenho e demais especificações contidas no item 2 do Projeto Básico, com cópia anexa a este Termo, rubricada pelos abaixo assinados.

Local: _____, ____ de _____ de 2019.

Fiscais do Contrato

De acordo,

Responsável pelo Setor de Almoxarifado das unidades

Ciente,

Representante da Empresa

ENCARTE "C"

TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

OBJETO: Contratação de empresa para a prestação de serviço de confecção de 2 (dois) fundos de palco para a Sala de Atos e Auditório-sede do Ministério da Educação, conforme especificações e quantidades constantes dos Encartes "A" deste Projeto Básico.

Nos termos da Dispensa nº ____/2019, Processo n.º 23123.000384/2019-98, Nota de Empenho n.º _____, Ordem de Fornecimento nº _____ e da Portaria de Fiscalização nº ____/2019, emitimos o presente Termo de Recebimento Definitivo dos bens discriminados na supracitada nota de empenho e demais especificações contidas no item 2 do Projeto Básico, com cópia anexa a este Termo, rubricada pelos abaixo assinados.

Local: _____, ____ de _____ de 2019.

Fiscais do Contrato

De acordo,

Responsável pelo Setor de Almoxarifado das unidades

Ciente,

Representante da Empresa



Documento assinado eletronicamente por **Denilson Ribeiro Teixeira, Chefe de Serviço**, em 04/02/2019, às 09:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mec.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1411747** e o código CRC **EEB2525A**.

1.